

OS JESUITAS E A EDUCAÇÃO COLONIAL

Trabalho revisto e alterado para
efeito de publicação, por Marina
Zeni Guedes.

EQUIPE: Marina Zeni Guedes
Vicente Fidelis D'Ávila
Waldemar Ens

I - APRESENTAÇÃO

As pesquisas e os estudos, que nós, os mestrandos da Universidade Federal do Paraná tivemos a oportunidade de realizar em EDUCAÇÃO BRASILEIRA, despertaram-nos de uma forma toda especial para a melhor compreensão do problema educacional brasileiro da atualidade, desde a sua estruturação até a sua qualidade.

Constatamos que, apesar dos erros, que hoje julgariamos graves, registrados nos primeiros tempos do desenvolvimento do nosso País, muito sacrifício, muita dedicação e muita vontade de acertar, se patenteou, principalmente, no grupo de padres da Companhia de Jesus, que viu como sendo a sua missão desenvolver a educação na Colônia.

Realizamos um esforço para aqui deixar uma síntese da pesquisa que fizemos neste campo, acompanhada de uma visão crítica. Muito mais poderia ser acrescentado. Limitamo-nos ao que julgamos, sob certos aspectos, essencial.

OS JESUITAS E A EDUCAÇÃO COLONIAL

1. Introdução

O primeiro conceito de educação, o ideal de homem e finalidade da educação, assim como o papel do educando, dos pais e da Igreja, nos vieram de Portugal através dos colonizadores.

2. Características da colonização portuguesa

A colonização portuguesa se caracterizou pelos seguintes aspectos:

a. Universalização: a catolicidade da Igreja e a universalização do espírito português.

b. Colonização típica: o colonizar luso, mesmo conservando e comunicando sua língua, seu espírito e sua cultura, mistura seu sangue, sua pessoa, seus interesses e sua personalidade com os do povo colonizado.

c. Lema de luta por Deus e pelo Rei: não admitiam separação entre o Estado e a Igreja.

d. Conceito natural-cristão: é outra nota marcante na colonização portuguesa e que influenciou a implantação da educação brasileira.

e. Luta contra a Reforma: a Contra-Reforma, trazida de Portugal é fonte da educação brasileira. A Ordem de Santo Inácio de Loyola, nascida, amparada e protegida pelo governo português, pode ser considerada como o porta-estandarte da Contra-Reforma. Desde as escolas de "ler e escrever", até o ensino superior encontravam-se nas mãos do jesuíta e da Contra-Reforma. Todos os padres, todos os professores e toda a educação brasileira do primeiro século e quase totalidade do segundo, estiveram encharcados da mesma educação e do espírito da Contra-Reforma.

Portugal, mediante:

- a. seu espírito universalizador;
- b. sua colonização inconfundível;
- c. seu lema de luta pelo Rei e por Deus;
- d. seu amor à família;
- e. sua aversão à Reforma e
- f. a Universidade de Coimbra,

veio a ser uma das principais fontes da educação brasileira, plantando e conservando a primeira educação do Brasil.

3. Rede escolar em Portugal

O ensino elementar e primário de Portugal era constituído pelas escolas de "ler e escrever", que ministravam os rudimentos da atual escola de 1º grau só para o sexo masculino. A rede escolar em Portugal apresentava-se subdividida em:

- a. Casas de ensino primário:
 - a.1. Escolas particulares: para os nobres;
 - a.2. Escolas de Misericórdia: para os órfãos;
- b. Ensino secundário:
 - b.1. Escola Oficial;
 - b.2. Escolas das ordens religiosas: para formar padres;
 - b.3. Escolas particulares: de iniciativa particular e pagas;
- c. Ensino superior: Universidade de Coimbra.

4. O Jesuíta

A Companhia de Jesus foi fundada a 17.8.1534, por Santo Inácio de Loyola, na Capela de Montmartre, e aprovada pela Santa Sé. O espírito da Ordem era dedicar-se à pessoa, à sua salvação e a do próximo.

Foi com a instauração do Governo Geral, na Bahia em 1549, que vieram ao Brasil os nossos primeiros educadores; eram seis jesuítas que aqui aportaram com Tomé de Sousa.

A vinda dos padres jesuítas, não só marca o início da história da educação no Brasil, mas inaugura a primeira fase, a mais longa e a mais importante pelo vulto da obra realizada; e sobretudo pelas consequências que dela resultaram para nossa cultura e civilização. O compromisso essencial dos jesuítas com a Igreja, na defesa e propagação da fé, criara, desde a sua chegada, essa situação clara e definida, em que a sua espantosa atividade missionária, política e educadora, se apresentava subordinada às exigências ecumênicas da Igreja e aos interesses da religião.

Durante duzentos e dez anos, desde a chegada até 1759, com a expulsão da Ordem pelo Marquês de Pombal,

foram os jesuítas quase os únicos educadores do Brasil. Até 1580, apenas eles ministraram educação escolarizada, embora houvessem outras Ordens: franciscanos, carmelitas e beneditinos.

A Bahia foi o centro de irradiação do movimento jesuítico. Quinze dias depois de chegarem à Bahia, funcionava a primeira escola de "ler e escrever", início da política de instrução, que se manteve inalterável através dos séculos, de abrir uma escola onde erigissem uma Igreja.

Antes do fim do Séc. XVI, haviam se estabelecido em Porto Seguro, Ilhéus, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, e alcançando o planalto meridional em São Paulo de Piratininga, fundando escolas e colégios.

O primeiro mestre-escola do Brasil, foi Vicente Rodrigues. Aspilcueta Navarro, dentre os jesuítas, foi o primeiro a aprender a língua dos indígenas e se utilizou dela desde 1550 para pregação aos selvagens.

José de Anchieta tornou-se a figura central do movimento de propagação da fé. Nos pátios dos colégios, ou nas aldeias da catequese os jesuítas assentaram os fundamentos do seu sistema de ensino. A obra da catequese e do ensino elementar nas escolas de "ler e escrever", ultrapassam os fins imediatos que visaram os jesuítas. Atraindo os meninos índios às suas casas, associando na mesma comunidade escolar, brancos" índios, mestiços, ricos e pobres, procuraram na educação dos filhos, atrair os pais, conquistando-os e reeducando-os. Desta forma estava lançado as bases da educação popular. Os jesuítas foram o centro da reação europeizante na sociedade colonial. Manuel da Nóbrega intervinha na política.

5. Conceito de Educação dos Jesuitas

O conceito de educação dos jesuitas é fundamentalmente baseado na existência da liberdade humana, no respeito à pessoa e na universalização da espiritualidade da alma humana, com o conseqüente direito à educação, por parte do indígena e do negro. Educação é a atualizar as capacidades da pessoa e salvar sua alma.

Quem era o educando, no Brasil colonial? Primeiro eram os filhos de índios, que ensinavam de pai para filho, através de uma educação empírica. O jesuíta chegou e concentrou no índio, o início da primeira educação brasileira. O ensino estende-se aos filhos do

branco, do mameluco, do mulato ou crioulo. Somente os negros não tinham direito a educação, por serem escravos.

O papel do educador na educação colonial é proeminente, quer ele seja o pai ou o padre. O Papel do educando é diminuído, pois não lhe é dado o direito de opção.

A educação recebida era a seguinte:

- a. Alfabetização (língua portuguesa);
- b. Catequese;
- c. Ler e escrever.

Para atrair a pessoa do jesuíta e seus ensinamentos, desenvolviam na educação primária, como motivação, canto orfeônico e música instrumental.

6. Finalidade da Educação dos Jesuítas

Nos três primeiros séculos, a finalidade da educação jesuítica era a de fazer o cristão. O ponto de partida foi o ensino do português aos alunos e o aprendizado do tupi-guarani, pelos padres-professores. A educação primária visava educar o menino brasileiro. No ensino médio, com a supressão da educação profissional, a finalidade tornou-se educar o europeu rico, dando início assim a uma educação estranha e estrangeira. O curso médio tinha por finalidade preparar o aluno para a Universidade, ou seja, para ser padre, sobretudo jesuíta. O símbolo desta educação foi a gramática latina (herança da Idade Média e eco do Renascimento). Depois de Nóbrega, a educação passou a ser seletiva, aristocratizante e anti-democrática. Ela deve ser seletiva, mas de acordo com a natureza e inclinações de cada um, e não pelas condições financeiras.

7. Periodização da Educação Jesuítica

A educação jesuítica subdivide-se em duas fases:

- a. Período "heróico", idealizado e concretizado por Manuel de Nóbrega, estendendo-se até 1580. As características desse primeiro período são as seguintes: educação democrática cristã, universalizadora e brasileira. Ensino utilitário e profissional. Seu objetivo era o de moldar uma nova sociedade mediante a ação educativa.

b. Período chamado de "organização e consolidação". Contrário a educação de Nóbrega, mas triunfante após a sua morte (1570); vivificado por uma filosofia da educação, derivada de autoridades jesuíticas da Metrópole, segregadora do índio e do pobre. Substituiu o padrão eminente, democrático do primeiro período, pelo padrão seletivo e aristocrático do segundo. Adquire relevo especial na atuação educacional jesuítica o ensino de tipo secundário. O primeiro grande triunfo da aristocratização do ensino foi a segregação do índio, o qual é afastado da educação. O pobre e o pardo, que também não podiam estudar latim, nem ser padre, também foram segregados dos direitos e dos benefícios da escola brasileira.

Em decorrência dessas duas fases da educação jesuítica, há um corte educacional feito pela diferença de filosofias da educação. Na primeira fase, a escola elementar e primária só excluía os filhos de escravos. Na segunda, a escola começa a ser a preparação de uma elite para a Universidade, só para a classe rica e senhorial. Atualmente, a Nação tenta desvencilhar a educação brasileira do afunilamento e da pirâmide, fazendo voltar, dentro do espírito e da pedagogia modernos ao espírito e a filosofia da educação democrática preconizada por Manuel da Nóbrega. No seu afunilamento, a aristocratizava-se. Era uma pseudo-aristocratização, porque não brotava da natureza. Não se consultava a vocação e a vontade do interessado: imperava o social, o mito do Doutor, formado em Direito, e do padre.

8. Origem do Mito do Padre

Na família branca brasileira, o destino dos três primeiros filhos era o seguinte:

a. O primeiro - o morgado - era dono da casa e dos bens imóveis;

b. O segundo - o letrado - era o intelectual, o que colhia os louros da projeção social (para ele e para a família);

c. O terceiro - o padre - o humilde, que rezava pelo clã, pedindo as bênçãos para a família. "O sistema educacional brasileiro estava voltado para ter, como ponto culminante, não o padre secular e nem o de qualquer ordem, mas sim o jesuíta, para cuja ordem se dirigia a vocação do terceiro filho". (Serafim Leite).

O padre tornou-se o letrado; o rapaz que se dava a estudos, deixava de preferência o povoado rude, a fazenda remota, a barbãrie dos engenhos, para se meter no viço nas casas religiosas. Perseverar nos estudos, era abandonar o mundo. No Brasil colonial, ser padre, era vocação cobiçadíssima pelos pais para seus filhos. Aos poucos nasceu a conceituação social de padre. O mito do padre é fruto da sociedade colonial e da educação cristã dos jesuítas. É um fenômeno de projeção social anormal, pois não seguiu a vocação e a inclinação da pessoa, do seu interior, mas de fora, dos pais, da família, da sociedade e do social. Desenvolveu-se até aparecer o mito do **Doutor**, formado em Direito, que caracterizou o período seguinte da Aristocratização do ensino (fim do Séc. XVIII até a Primeira Grande Guerra).

O mito do padre **surgiu dos seguintes fatores:**

- a. a proibição da educação para o povo;
- b. o privilégio da educação média só para alguns;
- c. a raridade de ensino superior, exclusivamente para os privilegiados;
- d. a projeção social;
- e. o futuro padre que ia à Universidade de Coimbra estudar e ficar vários anos, inclusive na Metrôpole;
- f. a mentalidade simples do povo, que mitificava as pessoas importantes;
- g. a influência e longa permanência do jesuíta no Brasil;
- h. o privilégio social do segundo filho ser letrado, intelectual;
- i. o sonho das mães de ter um filho padre, estudando na Universidade de Coimbra.

9. Educação Cristã

A educação religiosa, apesar de combatida por alguns sistemas filosóficos, dificilmente poderá ser negada no campo educacional. A educação religiosa enraíza-se no homem e marca-o para sempre.

10. Educação Feminina

A mulher só recebia educação empírica, pois na época, a educação feminina nunca tinha sido objeto de consideração. Alcântara Machado investigou, de 1578 a

1700, dentre 450 inventários, e constatou que, dos milhares de mulheres mencionadas, somente duas sabiam assinar o nome. Manuel da Nóbrega lutou com sua habilidade na adaptação do ambiente, sem nada mudar os princípios do "Ratio Studiorum" e da filosofia da educação cristã, em prol da educação da mulher. Foi proibida a educação escolarizada da mulher brasileira, pois nem na Metrópole as mulheres eram alvo de instrução. Mas a mulher não deixou de ser educada de modo empírico na sociedade brasileira dos primeiros séculos. A mulher era reservada a educação de monja, enclausurada, primeiro, dentro da casa dos pais, e depois na casa do esposo. Um dos grandes motivos do atraso na educação brasileira é a ausência da mulher instruída, educada e participante. A mucama, a babá, foi a educadora da infância brasileira. As mães-pretas foram até mais importantes que os jesuítas, porque educaram não só os brancos, mas também os pretos. O papel da mulher é importante, não só na educação, da qual a mulher brasileira do período colonial pouco participava como também na instrução escolarizada, que se inicia com o jardim de infância.

11. Educação do Negro

Embora o jesuíta ter sido contra a escravidão, não conseguiu vencer a Colônia e a Metrópole, e o negro jamais pôde ir à escola. A ele era reservado o serviço braçal. Segundo José Veríssimo, "um dos defeitos mais patentes do caráter brasileiro, é a desvalorização do trabalho braçal e de quem o pratica".

12. Sistema Educacional dos Jesuítas

O sistema educacional dos jesuítas subdividia-se em três fases:

- a. Primária, na qual se aprendia a ler e escrever
- b. Média, para encaminhar o ensino superior.
- c. Superior, cuja finalidade era formar o padre.

A educação jesuítica era máquina completa e total, porque tinha explícita e conscientemente a sua filosofia da educação, sua teologia da educação e sua pedagogia. Lidava com a educação em todos os níveis. As barreiras encontradas, tais como: falta de recursos, deficiência de pessoal docente, pobreza dos meios escolares e o estado de primitivismo do indígena,

era fatores que os jesuítas transformavam em positivos, sublimam-nos em forma de sacrifício para ganhar mais almas para Deus. Foi criada, na época colonial, a luta entre o humanismo e a educação matemática-profissionalista, entre a educação clássica e a educação científica. O jesuíta vai esbarrar sempre, de um lado, com o dilema Platão-Educação Científica e com Isôcrates-Educação Literária de outro. Escolherá a formação clássica, que tange mais direta e profundamente nos problemas da Filosofia, das Sagradas Escrituras e na formação religiosa, tanto dos padres, quanto dos fiéis. Essa é a herança que o jesuíta vai colher da tradição clássico-cristã e que, passada por modernização pedagógica, sorvida sobretudo na Universidade de Paris, veio através da Universidade de Coimbra, formar e vivificar toda a primeira educação cristã do Brasil. As primeiras escolas se caracterizam pela instrução gratuita e pública, nos três graus: popular, médio e superior. A instrução era ministrada pelos jesuítas. Em 1552, há três escolas de instrução elementar: a de Salvador, a do Espírito Santo e a de São Vicente.

13. Ensino Médio

O ensino médio começou com os jesuítas e a transplantação do ensino clássico pós-renascentista. Uma carta datada de 15.6.1553, de Manuel de Nóbrega, referindo-se a uma aula de Gramática Latina, é a referência histórica mais antiga sobre a existência de estudos secundários na vida colonial do primeiro século. J.M. Madureira assinala que, em nosso país, os jesuítas foram os autores de uma pedagogia especial, diferente daquele que na Europa se consubstanciou no código escolar da Companhia, a "Ratio Studiorum". No período "heróico", liderado por Nóbrega, temos como centros de ensino secundário, os seguintes colégios: o de Olinda; o da Bahia, em Salvador e de São Sebastião, no Rio de Janeiro; os quais demonstraram o êxito da implantação, da tradição educacional do ensino de tipo secundário, que se fortalecera com o Renascimento e as mudanças sociais correlativas; sua função social, no entanto, mais se aproximava do ensino medieval (de um lado os proprietários de terras e do outro lado, a escravaria).

No início da nossa história educacional, a participação da Companhia exprimia somente a estreita colā

boração entre os jesuítas e o poder estatal, de quem os jesuítas recebiam largo apoio para sua obra. Teria consistido numa verdadeira "transferência de funções", em que o Estado passou aos padres, "todas as obrigações resultantes da instrução pública". A primeira expressão de interesse do Estado pelo ensino, sendo forma primordial da instrução pública e que caracterizou o início da educação brasileira foi a prática da dotação de colégios, que foi interrompida com a expulsão dos jesuítas em 1759.

A introdução da língua indígena no currículo, teve o objetivo, não de preservação desse elemento da cultura autóctone, mas de assegurar melhor o êxito da evangelização (Madureira).

Ao terminar o período heróico, já os três grandes colégios, de Olinda, de Salvador e do Rio de Janeiro, assinalam o êxito inicial da implantação da tradição educacional do ensino de tipo secundário, no Brasil, que se vai ampliar e consolidar no período, seguinte, com a criação de outros colégios.

Segundo Serafim Leite, "a distribuição da educação e instrução, estava subordinada ao fato social brasileiro, isto é, à coexistência do elemento livre e do elemento servil".

Ao lado da educação elementar e do curso médio, ministraram também: educação artística, (música, pintura e escultura); educação profissional: rudimentos das indústrias têxteis, de marcenaria, metalurgia, engenharia de estradas, hidráulica e militar. Depois, com a aristocratização do ensino e afunilamento da educação, o ensino médio era para os filhos da classe endinheirada, excluindo os que não podiam cursar a Universidade, e que tinham que trabalhar para o seu sustento. Desta forma, as profissões manuais e mais modestas foram excluídas da educação brasileira; como consequência hoje temos o desconhecimento e o desprezo não só pelas profissões manuais, como também pelas pessoas que as desempenham (sobretudo o trabalho braçal). As profissões liberais passam a ser seguidas só por ricos. Desta forma foram criados os preconceitos sociais, nos quais, trabalho braçal, manual, é para brasileiros humildes e de cor: ser padre ou Doutor, é para brasileiros abastados.

O ensino dividiu o Brasil em duas classes:

- a. Pessoas de escola, donos de propriedades, educados, com vida decente.

- b. Trabalhadores: pessoal da roça, negros, pardos, brasileiros humildes e de profissões manuais, dos ofícios, brasileiro sem escola, impossibilitado de seguir o curso médio e muito menos a Universidade.

Nóbrega ministrou educação realmente democrática, abasileiradora e realista, cristã e humana, um modelo de educação. Após a morte de Nóbrega, sob influência da orientação dos Superiores dos jesuítas da Metrópole, a educação foi se aristocratizando e se desbasileirando, fazendo com que fosse privilégio de uma elite endinheirada. Esta educação serviu de apoio para a política de Pombal. Foi extinta do ensino médio a disciplina de educação profissional e agrícola. Os jesuítas desviaram-se da rota da autêntica e democrática educação brasileira.

Com a transformação da educação democrática e brasileira em educação elitizante e metropolitana, houve: passagem para o nome e para as mãos da Companhia de Jesus, de todos os imóveis pertencentes às Confrarias; implantação de um sistema educacional seletivo e elitizante; má interpretação e pouca importância dada ao curso profissional e técnico: desprestígio do trabalho físico.

13. Pedagogia do Jesuíta

Santo Inácio de Loyola e seus primeiros companheiros foram inovadores, inclusive em pedagogia. Loyola seguiu as inovações pedagógicas da Universidade de Paris. Foi a primeira Ordem a seguir Santo Tomás de Aquino, antigo discípulo da Universidade de Paris. Por herança medieval e renascentista, a educação e o currículo escolar dos jesuítas subdividia-se em três fases fundamentais: humanista, filosófica e teológica, que sintetizam toda a pedagogia do Ratio Studiorum. Representa grande avanço, comparada com a Pedagogia Clássica, mas não muito, comparada com a Pedagogia Nova. Respeita o educando, mas a pedagogia é influenciada pela visão do adulto. A preocupação nunca foi a criança e o primário (como na Pedagogia Nova) mas a Universidade e o adulto. Na pedagogia do jesuíta, ficam a visão objetiva e formal, a autoridade do adulto, algo de abstração e formal. A primeira necessidade educacional da Colônia era o português, porque o ensino era basicamente para o indígena. A escola de "ler e escre

ver" era frequentada após os índios falarem o português e terem sido iniciados no conhecimento e na prática do Evangelho. Aprendiam simultaneamente, canto e algum instrumento musical.

Correspondendo ao atual ensino médio, subdividia-se o ensino em:

- a. aprendizagem profissional e agrícola (para os filhos de brasileiros que não iam mais estudar
- b. aulas de gramática latina, que levava a viagem de estudos na Europa.

Os estudos médios compreendiam: Gramática, Humanidades e Retórica, com o ensino auxiliar de erudição histórica, geográfica e artística. Depois, com a aristocratização do ensino brasileiro, realizada pela reforma pombalina, a educação brasileira foi perdendo aos poucos o espírito universalizador e cristão, democrático e humano. Nóbrega, com visão de estadista e de estrategista, fundara os "Recolhimentos" (tipo de internatos) como os da Bahia e de São Vicente, onde se recolhiam os filhos de indígenas. Tais escolas promoviam a unidade e a paz entre brancos e indígenas, e a miscigenação entre as duas raças.

O Brasil do período colonial, até o falecimento de Nóbrega, dividia seu ensino em:

- a. aprendizado do português e do tupi;
- b. educação catequética;
- c. escola de ler e escrever;
- d. canto e educação musical;
- e. educação profissional ou gramática latina;
- f. viagem de estudos à Europa.

14. "Ratio Studiorum"

"Ratio Studiorum" é o regulamento das atividades educacionais da Ordem, código pedagógico dos jesuítas. Elaborado em Roma, tinha em vista apenas a formação humanística e católica das classes dirigentes (não era popular e nem profissional). O primeiro esboço da "Ratio" data de 1586, sendo consultados para sua elaboração, homens sábios e experimentados no ensino. Imprimiu-se, como manuscrito em 1591, e promulgou-se depois da impressão definitiva, como lei geral da Companhia de Jesus, a 8.1.1599. A característica fundamental é a pedagogia essencialmente ativa. O jesuíta utilizou-se da pedagogia clássica, auxiliado pela "Ra

tio", e pelas inovações dos jesuítas no Brasil. Os franciscanos e outras congregações insistiam mais na familiaridade e no método direto do convívio estudante/professor. Dominava o método expositivo. A preleção, que constitui a espinha dorsal do sistema, é toda orientada para a prática. É uma lição antecipada, uma explicação do que o aluno deverá estudar. Seus métodos e aplicações variam de acordo com o nível intelectual dos estudantes. A aula organiza-se como uma pequena sociedade, onde cada estudante tem a sua função a desempenhar. O "Rácio" preconiza o exercício quotidiano da memória, sem ser memorização, mas antes, instrumento ativador da inteligência e da razão. Como métodos fundamentais, empregavam: sabatinas, tertúlias, disputas semanais e anuais, recapitulações. Utilizavam exemplos concretos, acessíveis à mentalidade do povo. Como motivação usavam festas, teatro, música, recreios. O método direto era usado no estudo de línguas (português e latim). Os jesuitas empregavam o método intuitivo-empírico. Pelo "Ratio Studiorum" de 1599, o Curso de Letras dividia-se em três grandes seções:

1. Retórica
2. Humanidades
3. Gramática, que se subdividia em: Suprema, Média e Inferior.

Nenhum elemento intelectual foi mais poderoso do que o ensino jesuítico na defesa e conservação da língua culta, cuja ação unificadora é de importância primordial e constituiu com o estudo do "latim", o núcleo central e o único elemento nacionalista desse ensino literário e retórico. Ao estudo do latim, juntou-se no Renascimento, o da língua grega, igualmente clássica. O latim predominou. Os pedagogos do Séc. XVI davam importância decisiva ao estudo do latim. Todas as grandes obras da antiguidade e documentos científicos do tempo, eram escritos em latim. No Colégio da Bahia, devia-se falar latim durante as aulas, e o português só era permitido nos recreios e nos dias de feriado. Nada disto impediu o cultivo da língua portuguesa, antes o favoreceu como disciplina clássica. Coincidiu com o ensino dos jesuítas, o período mais brilhante da literatura portuguesa.

Na Bahia, o Curso de Letras começou em 1553 e des

de 1556, sō deixou de funcionar em 1560, por falta de estudantes. A partir de 1564, não consta que fossem interrompidos os estudos de Letras Humanas, quer na forma de Humanidade ou de Gramática. Como exercício escolar, tinham as disputas semanais, aos sãbados - as sabatinas. As aulas tinham a duração de duas horas pela manhã e mais duas à tarde. No Curso de Letras Humanas, estudavam-se todos os clãssicos, mas os mestres mais recomendados pelo "Ratio" eram Cícero e Virgílio.-

Depois do Curso de Letras, vinha o de Artes ou Ciências Naturais: era o Curso de Filosofia, que abrangia a Lógica, a Física, a Metafísica, a Ética e a Matemática. Em 1572 foi criado o primeiro Curso de Artes, que abriu caminho para outros cursos de Artes e para as Faculdades de Filosofia, de Matemática e de Teologia. Era o nascimento do Ensino Superior. No "Ratio", o Curso de Artes desenvolveu-se mais no que tange ao método, autores e doutrinas. O Curso deveria durar três anos.

O Curso de Dialética e Teologia começou em 1572 e foi o primeiro Curso de Artes (Filosofia e Ciência) no Brasil. Mais elevado que o de Letras, com duração de três a quatro anos. As aulas tinham a duração de duas horas e meia, pela manhã e à tarde.

O Curso de Teologia dividia-se em:

- a. Moral (atos, vícios, virtudes). Funcionou a partir de 1565.
- b. Especulativa (dogma católico). Funcionou a partir de 1572.

Os professores eram de boa qualidade, bem preparados, não sō os da Companhia, mas também os que vinham de Portugal. Os professores formados pela Companhia de Jesus deviam abranger num conceito justo e integral da missão educadora, todos os aspectos da perfeição humana. A formação moral e intelectual, uma sōlida formação filosōfica, eram requisitos mīnimos para um professor. Para ser professor do ensino superior, exigia-se mais: uma iniciação profissional ao estudo das disciplinas do currículo e uma formação pedagōgica. No seu trabalho, o professor é eficientemente auxiliado pelos alunos. Hã os decuriões e censores. Os primeiros corrigem os deveres e tomam as lições e os segundos auxiliam na conservação da ordem e da disciplina. Mas sō bons professores, auxiliados pelos a-

lunos não era o suficiente: a disciplina também foi levada em conta pelo "Ratio".

A disciplina no Séc. XVI era rigorosa no Brasil, mas menos que na Europa. Usavam-se castigos físicos e morais. Empregavam a palmatória, a privação de recreios, a reclusão e repreensões. Santo Inácio suavizou os meios coercitivos, dando mais importância ao moral, recomendando o estímulo e a emulação. A emulação constituía no sistema, uma das forças psicológicas mais ativas e eficientes. Os prêmios eram um incentivo poderoso à emulação (embora não tenham sido inventados pelos jesuítas). Proibiu que o castigo fosse aplicado pelo jesuíta, o corretor deveria ser outra pessoa e o aluno não poderia ter mais de dezesseis anos. No Brasil usou-se o açoite como medida de disciplina escolar.

Os alunos tinham direito a férias, e havia os feriados e os dias de descanso. As férias eram nos meses de dezembro e janeiro, e as aulas iniciavam em fevereiro.

Fato importante introduzido pelo "Ratio" foi a iniciação dos graus acadêmicos. Os primeiros datam de 1575: grau de bacharel em Artes, foram os primeiros que se deram na América portuguesa, data marcante na história da educação brasileira. Em 1578 foi concedido o grau de Mestre em Artes. Tais doutoramentos marcam o apogeu dos estudos no Brasil, no Séc. XVI. Segundo vários autores, o grau de mestre em artes, correspondia ao de bacharel em letras. Pedro Calmon denominou de "espécie colonial de bacharéis em letras".

O "Ratio Studiorum" ou Plano de Estudos da Companhia de Jesus, desempenhou um papel importante. Foi por este Código que se pautaram para organizar a atividade dos numerosos colégios. Pedagogicamente, a sua aplicação teve êxito incontestável.

15. Ensino Superior

Era educação de elite, dos filhos de ricos, dos que podiam atingir o mito do padre ou do Doutor. O jesuíta foi introduzindo o ensino superior no Brasil; não só o ensino, mas toda a sua fundamentação e condicionamentos necessários: colégios, prédios, bibliotecas, professores, cerimônias, usos, graus, etc. Só faltou a aprovação final da Metrópole, que dependia dos

Superiores da Companhia, do Rei e do Papa. Fundaram-se várias Faculdades no litoral, chegando mesmo a funcionar a "Universidade do Brasil" (Colégio da Bahia). Lutaram os jesuítas pelo reconhecimento para o funcionamento, mas foi condenada pela Universidade de Coimbra, pelo Rei. Educação superior para brasileiros deveria ser somente através da Universidade de Coimbra. Os jesuítas eram formados pela Universidade de Paris. Os fatores que impediram que se oficializasse a existência da Universidade do Brasil, foram:

- a. a política da Metrôpole;
- b. o receio de perder o Brasil Colônia;
- c. o orgulho da Universidade de Coimbra.

Uma minoria tinha condições de ir à Universidade de Coimbra. Se houvesse ensino superior na Colônia, teria havido mais e maiores líderes, que teriam feito do Brasil de então e de hoje, outra Nação, por certo bem melhor. A faculdade e a universidade transformaram-se em mito. No Brasil, o primeiro colégio oficial foi o Colégio da Bahia, chamado em 1551, de "Colégio dos Meninos de Jesus", também o primeiro a receber o nome de "Escolas Gerais" ou "Estudos Gerais" (equivalente à universidade). Conferia graus de bacharel em artes e mestre em artes. Foi solicitada a elevação a universidade em 1592, e em 1663, ao nível da Universidade de Évora, e pouco depois ao da Universidade de Coimbra. A solicitação não foi atendida, e o Colégio da Bahia não foi nem oficial, nem formalmente universidade, por não ter aprovação nem reconhecimento legal. Existiram as Escolas Maiores e Menores, na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, equiparadas a Escolas Gerais ou Estudos Gerais, sem nunca chegar a ser universidade.

Os jesuítas criaram e mantiveram por duzentos e dez anos o ensino público no Brasil, desde a sua chegada, em 1549, até 1759, data da sua expulsão pelo Marquês de Pombal. A obra dos jesuítas impressiona não só pela extensão da área social em que se projetou, da Bahia até Olinda e para o sul, até São Vicente, no Séc. XVII, mas também pelas dificuldades que tiveram de vencer para realizá-la e mantê-la numa sociedade de brancos, negros, índios e mestiços.

Os colégios do Séc. XVII mais importantes e que maior influência exerceram, foram: o de Todos os Santos, na Bahia, fundado em 1556, para o ensino da retó

rica, filosofia e teologia; e o de São Sebastião no Rio de Janeiro.

O ensino jesuítico montado na Colônia, para a mo- cidade em geral, abrangia o Curso de Letras Humanas, ensino médio de tipo clássico, o Curso de Artes, en- tre o de Humanidades e os Cursos superiores. Ao termi- nar o Curso de Letras e Artes (Filosofia e Ciências) o ensino se ramificava:

a. levava ao Curso de Teologia e de Ciências Sa- gradas (para as carreiras eclesiásticas);

b. levava para os cursos de Cânones, Leis e Medi- cina. Não havia no Brasil estudos universitários supe- riores, a não ser para o clero regular ou secular, es- te formado em Coimbra ou pelos jesuítas na Colônia, sobretudo no Séc. XVIII; e para os que não se destina- vam ao sacerdócio, mas a outras carreiras, à Universi- dade de Coimbra (modelo bolonhês, mais reputada para ciências teológicas e jurídicas) e à de Montpellier, na França (para medicina).

O Séc. XVI projeta-se pela organização do siste- ma do ensino jesuítico.

O Séc. XVII pela expansão horizontal do sistema, construído quase inteiramente no primeiro século.

O Séc. XVIII é o da organização dos seminários, para a formação do clero secular. Fundaram seminários no Pará, na Paraíba, na Bahia, no Maranhão e um em pa- ranaguá (Paraná), os quais contribuíram não só para e- levar o nível da cultura religiosa no Brasil, mas for- mando sacerdotes, mais tarde padres-mestres e cape- laães de engenho, os quais transmitiam o seu espírito e a sua cultura àqueles, que depois da expulsão dos jesuítas, se tornaram os depositários da tradição do ensino jesuítico e os principais responsáveis pela e- ducação dos meninos brasileiros. A Companhia só for- mou no Brasil, clérigos e letrados. Nenhum brasileiro educado na época, destacou-se nas ciências físicas e naturais, ou em atividades científicas, técnicas e ar- tísticas. Foram todos: letrados, cronistas, historia- dores e poetas.

Na primeira metade do Séc. XVIII a obra educado- ra dos jesuítas atingia no Brasil, o máximo da expan- são.

16. Expulsão dos Jesuítas e Conseqüências no Ensino

O Marquês de Pombal em 1759 expulsa os jesuítas do reino e dos seus domínios, inaugurando com sua política radical, a série de medidas semelhantes tomadas pela França (1763), Espanha, Nápoles e Sicília (1767) e por outros governos, e que em 1773, por ordem do Papa Clemente XIV, houve a extinção da Companhia de Jesus. Terminou dessa forma, com a expulsão da Companhia, a obra desses missionários, que durante mais de dois séculos, educaram a mocidade brasileira e auxiliaram os portugueses a colonizar o Brasil. Em 1759, o Brasil não sofreu uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico. Foi a extinção de uma organização escolar, sem ter um substituto. Todos os colégios foram fechados, e os seus bens confiscados. Para se avaliar a profundidade de golpe para Portugal e especialmente para o Brasil, basta lembrar que os jesuítas possuíam, no momento da expulsão, 25 residências, 36 missões e dezessete colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de ler e escrever. Foram salvos os seminários de São José e de São Pedro, os estudos elementares de arte militar, algumas aulas de clérigos seculares e outras de filosofia. Pombal eliminou o organismo educacional dos jesuítas, invés de enriquecer, alargar e reformar o sistema; esperou treze anos para começar a reconstruir, no período de um governo, o que os jesuítas conseguiram em dois séculos. As escolas e seminários de outras Ordens religiosas existentes antes de 1759, não se comparavam quanto ao método, ensino e regularidade aos dos jesuítas, porém, ainda assim quando estas desapareceram, aquelas eram as melhores que a Colônia do Brasil possuía. Bem mais tarde, depois da criação, em 1772, do "subsídio literário" - destinado a manutenção dos cursos primário e médio - o governo metropolitano providenciou a instalação das "aulas régias", destinadas a suprir a falta dos colégios dos jesuítas, a cujo grau de ensino, método e regularidade, jamais se elevariam. Foi criada uma Diretoria Geral dos Estudos para a fiscalização das aulas. A expulsão dos jesuítas representou a desarticulação do sistema de ensino montado por eles, sem que houvesse substituição por um novo aparelhamento institucional de extensão e nível equiparável. O

efeito da reforma pombalina, foi uma regressão na evolução escolar. nas aulas régias (escolas de uma disciplina somente: latim, aritmética, geometria, etc.) não havia planejamento didático, nem graduação do ensino, nem classificação dos alunos, e os professores não só apresentavam ignorância de conteúdo das matérias que ensinavam, mas ausência absoluta de senso pedagógico. Desde os fins do Séc. XVIII ao lado das matérias do ensino literário e religioso (latim, retórica, grego, hebraico, filosofia e teologia) incluía as matemáticas e outras disciplinas como o desenho, o francês e o inglês. A fragmentação do ensino do ponto de vista do currículo era um progresso, com a agregação de novas matérias.

O fundador do Seminário de Olinda, bispo Azeredo Coutinho, refletia as idéias pombalinas e o enciclopédismo francês. No fim do Séc. XVIII, o Seminário de Olinda (1798) já inicia a inovação pedagógica, incluindo no currículo: línguas, ciências naturais, física química, mineralogia, botânica, desenho, história e geometria; organização dessas matérias e unificação do currículo, dos estudos clássicos, a graduação do ensino, a divisão do trabalho docente entre vários professores e a reunião de alunos em classes ou séries de estudos.

17. Portugal e França

A educação brasileira enraíza-se em dois países, recebendo deles marca indelével: Portugal e França. De Portugal, porque a colonização do Brasil foi simplesmente transplantação da cultura, da educação, da economia, da administração, do espírito e da gente portuguesa. Portugal recebeu influência da educação e cultura superior da França. O sistema educacional português, da Universidade de Coimbra, é baseado na Universidade de Paris. Através de Portugal, indiretamente o Brasil recebeu influência da França. Santo Inácio de Loyola, seus discípulos e o "Ratio Studiorum" sofreram influência da Universidade de Paris. A herança franco-portuguesa desencadeou na mente do brasileiro, um endeusamento do português da Metrópole e da Universidade de Coimbra, mas sobretudo da cultura francesa e da Universidade de Paris, criando e desenvolvendo na educação brasileira, um complexo de inferioridade. A imagem da Europa e de um europeu cultos, ci

vilizados, perfeitos, o máximo a que uma pátria e um homem podiam aspirar; e de outro lado, a imagem de um Brasil e de um brasileiro analfabetos, atrasados, bárbaros, de mau gosto, inferiores, deveriam ter como modelo a imitar, a Europa e o europeu. Daí a origem da tradicional e despersonalizante mania brasileira e latino-americana de imitar.

18. Transplantação de sistemas escolares

A escola, ao ser transplantada, oferece o perigo de se deformar ou mesmo de perder seus objetivos. Tem que ser recriada em cada cultura, mesmo quando essa cultura seja politicamente o prolongamento de uma cultura matriz. No Brasil, a universidade não chegou a ser transplantada. Motivos políticos levaram os colonizadores portugueses a este ato de prudência pedagógica. Chegamos à Independência, sem imprensa, sem escolas superiores, com a maior parte da nossa elite formada em graduação superior, na Universidade de Coimbra.

19. Visão Crítica

19.1. Aspectos negativos:

- a. segregação da mulher
- b. limitação do direito à educação
- c. aristocratização do ensino
- d. academicismo do ensino
- e. influência da educação franco-portuguesa.

19.2. Aspectos positivos:

- a. profissionalização (início)
- b. emprego de metodologia
- c. tentativas de fundação de Universidade
- d. gratuidade do ensino
- e. tentativas de educação brasileira.

20. Reflexos na Atualidade Brasileira

a) Bases da educação popular: os jesuítas lançaram as bases da educação popular, quando atraíram os meninos índios, associando na mesma comunidade escolar, brancos, índios, mestiços, ricos e pobres. O Estado proporciona educação gratuita aos estudantes, nos três graus: 1º, 2º e 3º, correspondendo, respectivamente ao primário, médio e superior.

b) Implantação do ensino médio: o ensino médio começou com os jesuítas, no qual o estudante tinha o direito de optar entre a educação profissional e a gramática latina. O atual ensino de 2º grau é um reflexo do implantado pelos jesuítas, considerando suas adaptações a realidade brasileira atual.

c) Influência metodológica: Os atuais métodos pedagógicos utilizados nas escolas brasileiras, refletem os já empregados pelos jesuítas. Empregavam o método expositivo, com preleções, mas preconizavam a participação ativa por parte do aluno. A memorização foi empregada, no sentido de desenvolver o raciocínio e não na decoração da matéria. A motivação era instrumento do qual se serviram para atrair a pessoa do jesuíta e tornar agradáveis seus ensinamentos. Os tipos de motivação eram as seguintes: música, música instrumental, danças, teatro, festas, recreios, estímulo, emulação e prêmios. A disciplina era rigorosa, considerando sua aplicação a atual realidade brasileira.

d) Educação moral: a educação religiosa e atualmente a educação moral e cívica, são instrumentos utilizados para a formação e aperfeiçoamento de hábitos e princípios nos estudantes. A educação religiosa, apesar de combatida por alguns sistemas filosóficos, dificilmente poderá ser negada no campo educacional. A educação religiosa enraíza-se no homem e marca-o para sempre.

e) Continuidade, até pouco, do Mito do Padre e do Doutor: Considerando a estrutura da família brasileira da época colonial, o segundo e o terceiro filhos, deveriam ser respectivamente Doutor, formado em Direito e Padre. Como reflexo do mito do doutor, temos a proliferação de Faculdades de Direito.

f) Escolha da profissão pelos pais: os pais ainda têm influência, se bem que em menor proporção, sobre a escolha das profissões a serem seguidas pelos filhos.

g) Férias e feriados: O sistema escolar brasileiro manteve o que foi adotado pelos jesuítas no que se refere a férias e feriados escolares. As férias iam do início de dezembro até o final de janeiro. O início das aulas era previsto para o mês de fevereiro. Os feriados eram datas especiais e principalmente religiosas.

h) Concessão de graus: os graus de mestre em letras e artes concedidos pelos jesuítas, foram denominados de "espécie colonial de bacharéis em letras".

i) Início da valorização das Ciências Naturais: No início da educação colonial, era dada mais importância às humanidades e teologia. Com a reforma pombaiana e a implantação das aulas régias, os currículos foram se inovando e se unificando, com a introdução de disciplinas tais como: desenho, matemática, física, química, etc.

j) Tentativas de profissionalização. Iniciação para o trabalho: no início da educação jesuítica (no primeiro período) foi implantado o ensino profissional, no qual o aluno se preparava para o trabalho. Ao terminar o período "heróico", as matérias profissionais foram excluídas do currículo, segregando os estudantes que não tinham condições de seguir os estudos superiores. Atualmente, foram implantadas nos currículos das escolas de 2º grau, disciplinas profissionalizantes que iniciam o estudante no trabalho.